

- KIDDER, L.H. (1981). "Qualitative Research and Quasi-Experimental Frameworks". In: BREWER, M.B. & COLLINS, B.E. (orgs.). *Scientific Inquiry and the Social Sciences*. São Francisco: Jossey-Bass, p. 227-253.
- _____. (1977). *Foreign Visitors: A Study of the Chanaes in Selves – Skills and Attitudes of Westerners in India*. [s.l.]: Universidade Northwestern [Tese de doutorado].
- LEGALL, D. (1987). "Les récits de vie: approcher le social par la pratique". In: DESLAURIERS, J.-P. (org.). *Les méthodes de la recherche qualitative*. Québec, Presses de l'Université du Québec, p. 35-48.
- LINCOLN, Y.S. & GUBA, E.G. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.
- LINDESMITH, A.R. (1947). *Opiate Addiction*. Blommington (Ind.): Principia.
- MANNING, P.K. (1982). "Analytic Induction". In: MANNING, P.K. & SMITH, R.B. (orgs.). *A Handbook of Social Science Methods – Vol. 2: Qualitative Methods*. Cambridge (Mass.): Ballinger, p. 273-302.
- _____. (1977). "Fixing What You Feared". In: HENSLIN, J. (org.). *The Sociology of Sex*. Nova York: Appleton-Century Crafts.
- MARSHALL, C. & ROSSMAN, G.B. (1989). *Designing Qualitative Research*. Newbury Park (Califórnia): Sage.
- MCCLEARY, R. (1977). "How Parole Officers Use Records". *Social Problems*, vol. 24, n. 5, p. 576-589.
- MEHAN, H. (1979). *Learning Lessons: Social Organization in the Classroom*. Cambridge: Harvard University Press.
- MORIN, L. (1973). *La méthodologie de l'histoire de vie*. Québec: Universidade Laval/Instituto Superior das Ciências Humanas [Coleção "Instruments de Travail", n. 13].
- SHERMAN, R.R. & WEBB, R.B. (1988). *Qualitative Research in Education – Focus and Methods*. Londres: Falmer Press.
- TAYLOR, S.J. & BOGDAN, R.C. (1984). *Introduction to Qualitative Research Methods – The Search for Meanings*. 2. ed. Nova York: Wiley.
- TESCH, R. (1990). *Qualitative Research – Analysis Types and Software Tools*. Nova York: Falmer Press.
- TURNER, R.H. (1969). "The Quest for Universals in Sociological Research". In: MCCALL, G.J. & SIMMONS, J.L. (orgs.). *Issues in Participant Observation: A Test and a Reader*. Reading (Mass.): Addison-Wesley, p. 205-215.
- VAN MAANEN, J. (org.) (1983). *Qualitative Methodology*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.
- ZNANIECKI, F. (1934). *The Method of Sociology*. Nova York: Farrar and Rinehart.

A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares

Anne Laperrière

Os métodos sobre os quais apresentamos o procedimento analítico, neste texto, são bastante conhecidos no Québec, e alguns de seus elementos são amiúde utilizados em conjunto. O essencial desta exposição é consagrado às regras analíticas da teorização enraizada (*grounded theory*), que compararemos, em seguida, com aquelas da abordagem etnográfica, e depois, com as da abordagem mista de Miles e Huberman¹ (1984). Ainda que esta última abordagem não possa ser considerada como uma metodologia original, ela continua sendo interessante por sua tentativa de fundir os objetivos da etnografia com os da teorização enraizada².

Mesmo que a teorização enraizada e a etnografia tenham em comum um alto grau de sistematização, visando à explicitação das estruturas e regularidades dos fenômenos sociais, elas divergem quanto a seus objetivos finais. A teorização enraizada visa, em primeiro lugar, à *elaboração de uma teoria*, decerto enraizada na realidade empírica, porém não constituindo dela uma descrição; os casos empiricamente observados não são aí considerados em si mesmos, mas sim, como *instâncias* do fenômeno social observado. Ao contrário, a etnografia, ainda que também persiga objetivos teóricos, dá prioridade à *descrição*, a mais exata e exaustiva possí-

1. Tesch (1990) classifica a abordagem de Miles e Huberman sob o termo de "realismo transcendental", que designa os métodos qualitativos que visam evidenciar redes locais de causalidade (ver BERG, D.N. & SMITH, K.K. *Exploring Clinical Methods for Social Research*. Beverly Hills [Califórnia]: Sage, 1985). Os próprios Miles e Huberman falam em "positivismo lógico". Aqui, empregaremos preferencialmente o termo "abordagem mista", para qualificar a abordagem mais metodologicamente do que epistemologicamente.

2. O fato de que as abordagens mistas sejam privilegiadas pela maioria dos pesquisadores qualitativos quebequenses, e que as instituições que financiam as pesquisas geralmente exijam, por outro lado, uma amostra relativamente ampla, explica, indubitavelmente, a fama que conheceu no Québec (como alhures) a obra de Miles e Huberman (1984). É em parte em razão dessa popularidade que decidimos apresentar brevemente a sua abordagem, neste artigo.

vel, da situação pesquisada³. A abordagem de Miles e Huberman, por sua vez, toma emprestado das duas perspectivas⁴.

Um anexo apresentando os principais pontos a reter para a construção e a evolução de um plano de análise encerra o presente artigo. Além disso, o referido anexo permite identificar rapidamente os pontos de convergência e de divergência entre os três métodos que aqui expomos.

A teorização enraizada (*grounded theory*)

Fontes e objetivos metodológicos

O método da teorização enraizada, elaborado por Glaser e Strauss, em 1967, constituiu uma primeira formação ampla das regras analíticas qualitativas e exerceu, nesse sentido, uma influência decisiva sobre um grande número de metodologias qualitativas contemporâneas. Ele não é inteiramente original, tendo reunido, e depois, sistematizado e levado mais adiante um conjunto de regras que haviam sido estabelecidas na sociologia americana, desde a Escola de Chicago. Encontrar-se-ão, portanto, continuidades e semelhanças evidentes entre essa abordagem e várias outras que lhe são anteriores, notadamente a indução analítica e o interacionismo simbólico. Enfim, dada sua influência, a teorização enraizada se encontra mais freqüentemente que outrora utilizada em combinação com outros métodos, sendo os mais correntes a etnografia, a história de vida e a etnometodologia⁵.

A teorização enraizada tem por objeto a construção de teorias empiricamente fundamentadas, a partir de fenômenos sociais a propósito dos quais poucas análises foram articuladas. Ela surgiu em reação à especulação teórica dissociada de qualquer referência ao real, assim como à corrente quantitativa empiricista na sociologia, na qual ela reprovava, exatamente como Mills (1959), a insignificância teórica e a falta de rigor na interpretação dos dados. Com efeito, a sociologia quan-

3. A obra de Tesch, *Qualitative Research: Analysis Types and Software Tools*, constitui, em nosso conhecimento, uma das raras tentativas de comparação e de classificação dos métodos de análise qualitativa mais utilizados. Retomamos, aqui, essencialmente sua classificação. Tesch subdivide as metodologias qualitativas, atendo-se à análise das regularidades em duas subcategorias. A primeira tem por objeto a explicitação e a categorização de elementos, seguida da exploração de suas relações (a elaboração de teorias); ela reúne, além da teorização enraizada, a abordagem de Miles e Huberman (que nós classificamos diferentemente, acima), a análise de conteúdo etnográfico, a análise estrutural dos acontecimentos (*event structure analysis*) e a abordagem ecológica. A segunda subcategoria engloba métodos que visam à elaboração de configurações descritivas, modelos (*patterns*), e reúne, além da etnografia, a abordagem naturalista, a avaliação qualitativa, a pesquisa-ação, a pesquisa emancipatória, a pesquisa colaboracionista e a fenomenografia (TESCH, 1990: 72).

4. É o caso de um grande número de pesquisas empíricas qualitativas, que não podem ser claramente distinguidas em relação a objetivos de descrição ou de teorização.

5. Ver, a título de exemplo, Hammersley e Atkinson (1983), referentemente à etnografia; Bertaux (1980), quanto à história de vida; e Fujimara, Star e Gerson (1987), no que diz respeito à etnometodologia.

titativa havia construído, no final dos anos 1950, um arsenal importante de técnicas "neutras" de coleta e de análise dos dados; no entanto, ela se revelava desguarnecida, quando lhe era preciso interpretar o sentido sociológico dos resultados, os pesquisadores recorrendo, então, sem método nem rigor, à especulação. Além disso, os conceitos utilizados eram, mais freqüentemente do que antes, vagos e a tal ponto distantes da realidade, que eles não podiam suscitar uma análise rigorosa da mesma (BLUMER, 1940). O objetivo que se atribuíram, então, B.G. Glaser (originário da Universidade Columbia, na qual ele havia sido próximo de P. Lazarsfeld) e A.L. Strauss (formado na tradição da Escola de Chicago), em seu clássico *Discovery of Grounded Theory* (1967), era o de elaborar um método de construção de teorias capaz de, ao mesmo tempo, refletir a riqueza do social e produzir análises válidas e sistematicamente verificadas por meio de uma amostra rigorosa de dados. Em suma, tratava-se de estabelecer, para a construção de teorias sociológicas, princípios de rigor, referindo-se, entre outros, à reflexão que era realizada no afã dos métodos quantitativos.

Os princípios metodológicos da teorização enraizada bebem em duas fontes: o pragmatismo americano e a filosofia fenomenológica. Do pragmatismo americano, os instigadores da teorização enraizada reterão a necessidade de enraizar a teoria na realidade, para o avanço das disciplinas científicas e a importância da observação *in situ* para a compreensão dos fenômenos, concentrando-se esta observação na mudança, nos processos e na complexidade do real (STRAUSS & CORBIN, 1990: 25).

Quanto à filosofia fenomenológica, a teorização enraizada dela conserva o princípio inicial, que consiste em excluir as noções preexistentes relativas a um fenômeno, para deixá-lo falar por si mesmo. Assim, a teorização enraizada recusa toda construção *a priori* de conceitos ou de hipóteses de pesquisa sobre o fenômeno social pesquisado, sendo estes conceitos e hipóteses construídos e verificados à medida da progressão da pesquisa no campo. Esse procedimento vai ao encontro de uma perspectiva epistemológica mais ampla, segundo a qual o mundo social não seria dado, como o postula o positivismo, mas seria constantemente *construído* pelos atores sociais: "Os humanos vivem em um meio tanto simbólico quanto físico, e agem em resposta tanto aos símbolos como aos estímulos físicos" (JACOB, apud TESCH, 1990: 23). Esses símbolos são a linguagem e as ações dos outros, que os atores sociais definem e interpretam constantemente, de uma situação à outra, sendo suas próprias ações o resultado dessas interpretações. Os interacionistas, com base na filosofia fenomenológica, buscarão determinar como esse processo de designação e interpretação mantém ou transforma os modos pelos quais os atores sociais coordenam suas linhas de ação (BLUMER, 1969: 53). Assim, a teorização enraizada insistirá na importância das perspectivas dos atores sociais na definição

de seu universo social, sem, contudo, ignorar o contexto, micro e macrosocial, no qual se inscrevem suas ações⁶.

O processo constante de interpretação e definição de sua situação pelos atores sociais – que constitui o objeto do interacionismo simbólico – não é necessariamente consciente. Conseqüentemente, o pesquisador deve nele inferir os traços marcantes, a partir de suas observações. As etapas dessa operação são explicitadas como segue por Becker e Geer: resumem-se suas anotações de campo sob forma de incidentes, sendo *um incidente* “a expressão verbal completa de uma atitude, ou dos atos totais, individuais ou coletivos” (BECKER & GEER, 1960: 269). Cada um desses incidentes é codificado, e depois reportado às diversas áreas ou categorias em que ele pode ser classificado. Tais categorias formam perspectivas interpretativas, que se tornam precisas à medida que os dados se acumulam. Quando as categorias são pertinentemente caracterizadas e consolidadas pela pesquisa sistemática de casos negativos, examinam-se sua freqüência e extensão. Formulam-se, então, proposições concernindo às suas inter-relações, que são verificadas. Daí resulta um modelo descritivo, especificando as condições necessárias e suficientes da existência de um fenômeno, ou o papel do fenômeno em um processo social mais amplo, ou ainda uma apresentação do fenômeno como uma instância de uma teoria sociológica formal (BECKER & GEER, 1960: 269). Essa formulação de Becker e Geer é muito próxima, como se verá, do método apresentado, sete anos depois, por Glaser e Strauss⁷, salvo uma exceção, porém relevante: o método de comparação contínua, elemento-chave da teorização enraizada, não visa, como na indução analítica (à qual se referiam Becker e Geer), à verificação estrita de hipóteses:

A análise indutiva se preocupa em criar e demonstrar uma teoria integrada, limitada, precisa e universalmente aplicável, concernente às causas de um comportamento específico. Um número limitado de hipóteses é aí verificado com a ajuda de todos os dados disponíveis, que se resumem a um número limitado de casos, claramente e cuidadosamente definidos (GLASER E STRAUSS, 1967: 104).

Em contrapartida, a teorização enraizada não visa tanto à descrição de um fenômeno quanto à elaboração de uma teoria pertinente a partir do mesmo. Conseqüentemente, a coleta e a codificação dos dados não são aí em geral bastante extensas para admitir a verificação estrita de hipóteses: elas só permitem *sugerir* a teoria (GLASER & STRAUSS, 1967: 103). Nesse sentido, a abordagem comparativa preconizada é aí ampla e se refere, para além da pesquisa de casos negativos, a univer-

6. É em seus últimos textos que Strauss e Corbin (1990) enfatizam o macrosocial, em decorrência das críticas quanto à limitação do método – em sua prática –, ao microssocial. No entanto, nada nos textos teóricos sobre o método limitava-o a esse horizonte.

7. Becker havia trabalhado com Strauss em uma obra maior, *Boys in White* (BECKER et al., 1961) e integrado a mesma geração (desviante) de *Chicagoans*, às vezes designada como a nova Escola de Chicago.

sos de comparação distantes, próprios a estimular a criação teórica e uma análise mais aprofundada do fenômeno pesquisado. Em resumo, a teorização enraizada se inscreve em uma perspectiva de *descoberta*, mais do que de verificação.

Entretanto, não se deveria disso concluir que a teorização enraizada somente utiliza os dados empíricos enquanto fonte *geral* de inspiração, à maneira de algumas abordagens interpretativas. Ao contrário, a codificação minuciosa e sistemática dos dados revela-se, aqui, essencial; no entanto, diferentemente das abordagens descritivas, a finalidade não reside na exaustividade empírica, mas sim, na exaustividade teórica, isto é, na integração, na teoria emergente, da totalidade de incidentes concernentes ao fenômeno pesquisado. Retornaremos, nas seções seguintes, à noção de saturação teórica.

As regras analíticas da teorização enraizada

A definição do objeto de pesquisa

O objeto de pesquisa na teorização enraizada é um fenômeno social, do qual se busca aprofundar a análise teórica. Este objeto pode ser definido a partir de preocupações tanto teóricas quanto aplicadas – por exemplo, o processo de construção social das relações interétnicas, ou o emprego de políticas de inserção dos imigrantes. O que importa, em primeiro lugar, é que esse objeto reflita um *processo*, e que ele seja abordado sob o ângulo da evolução de um fenômeno. Por outro lado, o objeto de pesquisa pode ser, de início, definido de modo mais, ou menos amplo, referindo-se, por exemplo, à organização global do sistema de saúde, ou à execução de cuidados de enfermagem. No entanto, uma vez que os procedimentos analíticos estejam primordialmente orientados para a elaboração de conceitos que permitirão esclarecer o fenômeno pesquisado, o objeto de pesquisa será, de certa forma, sem fronteiras; por exemplo, os cuidados de enfermagem poderão exigir uma compreensão aprofundada da organização geral dos serviços de saúde, e vice-versa. A compreensão do menor fenômeno social demanda, no limite, a compreensão da totalidade do sistema social. Enfim, mesmo que, no início, o objeto de pesquisa possa ser examinado em um contexto ou uma situação delimitados, ele não pode ser aí encerrado, sendo que uma das bases do método consiste na comparação com outras situações, análogas, porém contrastantes.

A seleção e a descrição do local ou do grupo pesquisado

A escolha do local, da situação ou do grupo visados pela pesquisa é determinada pelo problema de pesquisa: escolhe-se um local, uma situação ou um grupo em função de sua pertinência *teórica* em relação a esse problema. Por exemplo, buscando pesquisar os cuidados de enfermagem, poder-se-ia justificar a escolha de um grande hospital, alegando-se que um lugar como este possibilita observar uma grande diversidade de situações e práticas, bem como melhor delimitar, conse-

qüentemente, o que constitui suas dimensões essenciais e inevitáveis. Um outro exemplo: numa pesquisa recente sobre a construção social das relações interétnicas e da identidade cultural, escolhemos a escola pública como local de pesquisa, pois se tratava do único espaço de co-habitação obrigatória entre grupos étnicos; depois, no interior da escola, focamos nossa atenção nos adolescentes, uma vez que eles estão numa idade crucial, no que diz respeito à construção da identidade social⁸. Em suma, o que importa na escolha de uma situação ou de uma população de estudo inicial é a sua capacidade de esclarecer o melhor possível o fenômeno pesquisado. Essa amostra inicial poderá ser modificada segundo as necessidades criadas pelo desenvolvimento da teoria emergente.

A maioria das pesquisas realizadas conforme a teorização enraizada se baseia, principalmente, nos dados de campo – observações e entrevistas –, podendo, porém, também recorrer a outros tipos de dados – dados quantitativos, arquivos e documentos de todas as espécies, fotografias, literatura sociológica, e outros, etc.; em resumo, tudo aquilo que pode permitir ao pesquisador melhor compreender ou delimitar o fenômeno pesquisado. No limite, uma pesquisa em teorização enraizada poderia ser feita a partir de análises de campo já realizadas, desde que se revelasse que estas podem permitir a construção sistemática de uma teoria verificável até a saturação.

Uma vez executada a escolha da amostra inicial, o pesquisador se apressa em coletar os dados topológicos disponíveis sobre a situação em estudo (GLASER & STRAUSS, 1967: 45), concernente à história, às estruturas, ideologias, subgrupos em questão, ou qualquer outra dimensão que possa esclarecer sua análise. Ele também não deve ignorar as análises existentes em relação a essa situação, mas deve atentar bem para não se fechar nelas: os dados topológicos não constituem um contexto de pesquisa, mas sim instrumentos à disposição do analista.

A elaboração das categorias conceituais

Como o objetivo da teorização enraizada é a construção teórica, o conceito constitui a unidade de base da análise, nesse método. O conceito não designa o próprio incidente, mas sim o que este incidente *representa*, aquilo a que ele se *refere*. Aqui, a questão não reside em caracterizar precisamente um fato, mas sim em estabelecer seus limites estruturais e descobrir de qual conceito ele constitui uma instância adequada (GLASER & STRAUSS, 1967: 24). Por exemplo, em nossa pesquisa sobre as relações interétnicas, alguns incidentes concernentes aos jovens italianos – afrancesar seu nome e negar a existência de uma tradição italiana distinta – foram classificados sob o conceito de “negação da diferença”. Um outro exemplo: Glaser e Strauss elaborarão, em sua pesquisa sobre os cuidados de enferma-

8. Ver os 10 relatórios de pesquisa publicados sob a direção de Laperrière (1993), referentes “à construção social das relações interétnicas e inter-raciais entre os jovens de dois bairros de Montreal”.

gem, o conceito de “perda social” a partir do agrupamento de observações relativas à avaliação da morte de pacientes – “Ele era tão jovem”; “O que farão seus filhos sem ela?”; “É uma grande perda para a sociedade!” (GLASER & STRAUSS, 1967: 106). Os conceitos pertencentes a um mesmo universo são, em seguida, reunidos em uma *categoria conceitual*. Por exemplo, o conceito de “negação da diferença étnica” e o conceito análogo de “psicologização da diferença étnica” – o qual remete, por exemplo, à referência exclusiva a critérios de personalidade na escolha das amizades, a despeito do fato de que os “melhores amigos” são da mesma etnia – serão reagrupados na categoria conceitual da “ocultação da diferença”.

Sendo analítica, uma categoria conceitual deve permanecer sensível à realidade pesquisada. Os fatos são cruciais, uma vez que essa metodologia busca justamente *fundamentar* a teoria nos fatos, construindo-a a partir dos mesmos. Contudo, o que se pretende, inicialmente, não é tanto a descrição minuciosa ou exaustiva dos incidentes – que variam inevitavelmente no tempo e no espaço –, quanto a pertinência dos conceitos elaborados sobre eles¹⁰. As observações se aprimoram à medida das comparações sucessivas visando precisar as categorias e hipóteses. Nessa perspectiva, os fatos ou incidentes são considerados como *indicadores* dos conceitos e das categorias conceituais. Ao mesmo tempo, eles são o último instrumento para sua *verificação*: as categorias conceituais são efetivamente modificadas, até que nenhum dado novo venha contradizê-las (princípio de *saturação*). Retome-mos o exemplo da “perda social” que representa a morte de um paciente: pouco importa os dados a partir dos quais essa categoria é estabelecida (ela pode se manifestar segundo a observação dos ricos assim como dos pobres, dos jovens como dos velhos, etc.), ou ainda, a justeza do *detalhe* da observação (tais detalhes podem ser corrigidos graças a comparações sucessivas visando especificar as categorias e hipóteses); o que é essencial é que a referida categoria constitua uma dimensão pertinente do fenômeno observado – no caso, os cuidados de enfermagem – e que ela permita fazer previsões – aqui, sobre a qualidade dos cuidados (GLASER & STRAUSS, 1967: 24).

Uma vez determinadas as categorias conceituais, o pesquisador se esforça em delimitar os atributos – designados sob o nome de *propriedades* – que detalham, de certa forma, o conteúdo das categorias. Esta operação se realiza em dois tempos: num primeiro momento, minimizam-se as diferenças observadas, de modo a detalhar e consolidar o conteúdo das categorias; num segundo momento, maximizam-se essas diferenças, com a finalidade de apreender as condições de surgimento

9. Laperrière, A.; Compère, L.; D'Khissy, M.; Dolce, R.; Fleurant, N. “Le tabou de la différence et ses conséquences paradoxales”. In: *Identité, culture et changement social*. Paris: L'Harmattan, 1991, p. 126-136.

10. Tradução livre de um excerto do seguinte raciocínio: “The evidence may not necessarily be accurate beyond a doubt (nor is it even in studies concerned only with accuracy), but the concept is undoubtedly a relevant theoretical abstraction about what is going on in the area studied. Furthermore, the concept itself will not change, while even the most accurate facts change” (GLASER & STRAUSS, 1967: 23).

e de variação do fenômeno pesquisado. Por exemplo, pode-se detalhar o conteúdo da categoria "ocultação da diferença étnica", observando *quem* recorreu a esta estratégia, e *quando, como, por que e sob quais conseqüências* (STRAUSS & CORBIN, 1990: 77). Em seguida, podem-se inventariar as propriedades da categoria oposta, a "demonstração da diferença étnica", e, pela comparação entre os dois conjuntos de propriedades, conseguir delimitar as condições de surgimento de uma ou de outra de suas estratégias.

As propriedades de uma categoria conceitual são, depois, consideradas em suas *dimensões*. No vocabulário da teorização enraizada, a noção de "dimensão"¹¹ remete à localização das propriedades ao longo de um *continuum*; por exemplo, sob a relação da quantidade ou da intensidade (um pouco/muito), da trajetória (cedo/tarde), da extensão (mais/menos), etc. Assim, no âmbito de sua pesquisa sobre os cuidados da enfermagem, Glaser e Strauss delimitarão as condições e os efeitos de uma avaliação da morte iminente de um paciente sob o ângulo de uma "maior ou menor" perda social (GLASER & STRAUSS, 1967: 106). Uma outra ilustração: o dimensionamento da categoria "ocultação da diferença étnica" nos levou a descrever o conjunto das variações da expressão desta ocultação, para dela eventualmente apreender as condições e os efeitos. Por exemplo, conforme se pertença a um grupo minoritário ou a um grupo majoritário, a ocultação da diferença será o produto de uma operação mais, ou menos consciente e acarretará sentimentos de repressão cultural mais ou menos acentuados. No fim, o processo de dimensionamento leva à pesquisa sistemática de casos negativos, visando delimitar os limites externos do fenômeno pesquisado. Em nosso último exemplo, tratar-se-ia de pesquisar os casos nos quais os jovens, em lugar de mascarar suas diferenças, pelo contrário as explicitassem. Retorna-se, aqui, à estratégia de maximização das diferenças de que falávamos anteriormente.

Enfim, pode-se traçar o *perfil dimensional* de cada ocorrência de uma categoria, localizando o incidente observado sobre o continuum de variações de cada uma de suas propriedades. Esse perfil apresenta, portanto, "as propriedades específicas de um fenômeno sob um determinado conjunto de condições" (STRAUSS & CORBIN, 1990: 70). Esses perfis podem ser, depois, reunidos em modelos (*patterns*) ou em tipos. Em nossa pesquisa sobre as relações interétnicas, três tipos foram identificados a partir de variações observadas nas propriedades da categoria "ocultação da diferença": os *universalistas individualistas*, que ignoram as características étnicas e focam tudo na personalidade; os *culturalistas conciliatórios*, que reconhecem as diferenças étnicas, mas as ocultam para serem aceitos pelos outros; e os *ambivalentes*, que praticam uma abordagem mista.

11. Cabe notar que uma tal aplicação do termo "dimensão" é inversa ao uso e sujeita à confusão; a literatura metodológica o emprega, efetivamente, mais para designar o que Glaser e Strauss (1967) denominam as *propriedades* de uma categoria.

O processo de codificação ou as etapas da análise comparativa contínua

O método comparativo está no centro da análise na teorização enraizada e visa fazer emergir, sucessivamente, as similitudes e os contrastes entre os dados, com o objetivo de delimitar suas características e suas relações, bem como os determinantes de suas variações. Recorre-se aí a todas as etapas da elaboração teórica, desde a especificação dos conceitos até a redução final da teoria em suas linhas essenciais.

No início da pesquisa, a codificação é, ao mesmo tempo, aberta e exaustiva, no sentido de que todos os incidentes, todas as unidades de sentido devem ser codificadas. À medida que a pesquisa avança e que a teoria se especifica, a codificação se torna cada vez mais seletiva e coerente, isto é, teoricamente integrada. A codificação dos dados é continuamente acompanhada de uma reflexão teórica, estabelecida sob a forma de memorandos fáceis de revisar. Com efeito, os conceitos iniciais poderão ser modificados ou mesmo suprimidos a qualquer momento, se a análise dos novos dados assim o exigir. A coerência teórica buscada não implica a rigidez das categorias, mas sim sua adequação ao *conjunto* dos dados.

Cada novo incidente observado é comparado ao conteúdo das categorias já formadas, o que leva ao aprimoramento de suas propriedades ou à criação de outras categorias, se necessário. No final, quando qualquer novo incidente não mais acarretar a reformulação dos conceitos e das categorias, a *saturação* será atingida, e os limites da aplicação e da generalização possível dos conceitos se encontrarão, então, demarcados.

A codificação é feita em três etapas, correspondendo a uma integração e a uma delimitação cada vez mais rigorosa da teoria. Não se trata, contudo, de um processo linear: como na grande maioria das abordagens qualitativas, há alternância entre esses três momentos ao longo da pesquisa.

1. A codificação é, inicialmente, *aberta* e tem por objetivo fazer emergir dos dados o maior número possível de conceitos e de categorias. Ela compreende dois momentos. Primeiramente, o pesquisador se pergunta a quais conceitos podem corresponder os incidentes observados, podendo um mesmo incidente se referir a vários conceitos. Por exemplo, o fato de um jovem italiano afrancesar seu nome pode ser codificado tanto em termos de negação da diferença quanto em termos de processo de assimilação ou de relações de poder entre os grupos étnicos. Nessa primeira fase, o pesquisador não deve, de modo algum, conter a abundância dos conceitos que suas observações lhe suscitam. Tais conceitos podem lhe ser sugeridos tanto por sua própria experiência e seus conhecimentos gerais quanto pela literatura científica existente, em sua área como em outras. Em todas as etapas do processo de pesquisa, a *sensibilidade teórica* do pesquisador desempenha um papel crucial no desenvolvimento de suas análises. Este conceito, tão bem explorado por Glaser (1978), é tomado, principalmente, da noção de conceitos "sensibilizado-

res” ou “genéricos (*sensitizing/generic concepts*), definida por Blumer (1969¹²). Entre outras técnicas de sensibilização teórica, Glaser (1978), e depois Strauss e Corbin (1990: 84-95), preconizarão a exploração das dimensões extremas de uma categoria, as similitudes e diferenças com outros casos, a reconsideração das evidências, a comparação entre universos empíricos contrastantes (*far out comparisons*) – por exemplo, Strauss e Corbin (1990: 90) propõem analisar a relação entre equipamento de trabalho e desenvolvimento do corpo (*body building*), comparando um halterofilista e um violinista.

O segundo momento da codificação aberta consiste em especificar as propriedades e dimensões dos conceitos. A especificação dos conceitos e das categorias analíticas passa, primeiramente, pela comparação entre incidentes, entre situações e entre grupos num mesmo campo de pesquisa, e depois, pela comparação com outras situações substantivas¹³ semelhantes. Por exemplo, numa primeira etapa, serão agrupados os diversos conceitos relativos às atitudes das enfermeiras, no que diz respeito ao “estatuto transitório” dos moribundos (que passam da vida à morte), examinando-se, em seguida, essas atitudes em função dos diferentes tipos de moribundos, e comparando-os, por fim, às outras pessoas em situação transitória, como casais em vias de divórcio. Um outro exemplo: será considerada a maneira pela qual a negação da diferença se manifesta, conforme seja o indivíduo membro de um grupo étnico majoritário ou minoritário, e se encontre em um local público ou privado, etc., para, em seguida, examinar como varia essa mesma categoria conceitual, conforme ela se aplique ao universo das relações éticas, de classes sociais ou de sexos. Enfim, os procedimentos de dimensionamento dos conceitos, mencionados na seção precedente, possibilitam precisar, mais adiante ainda, as categorias de análise.

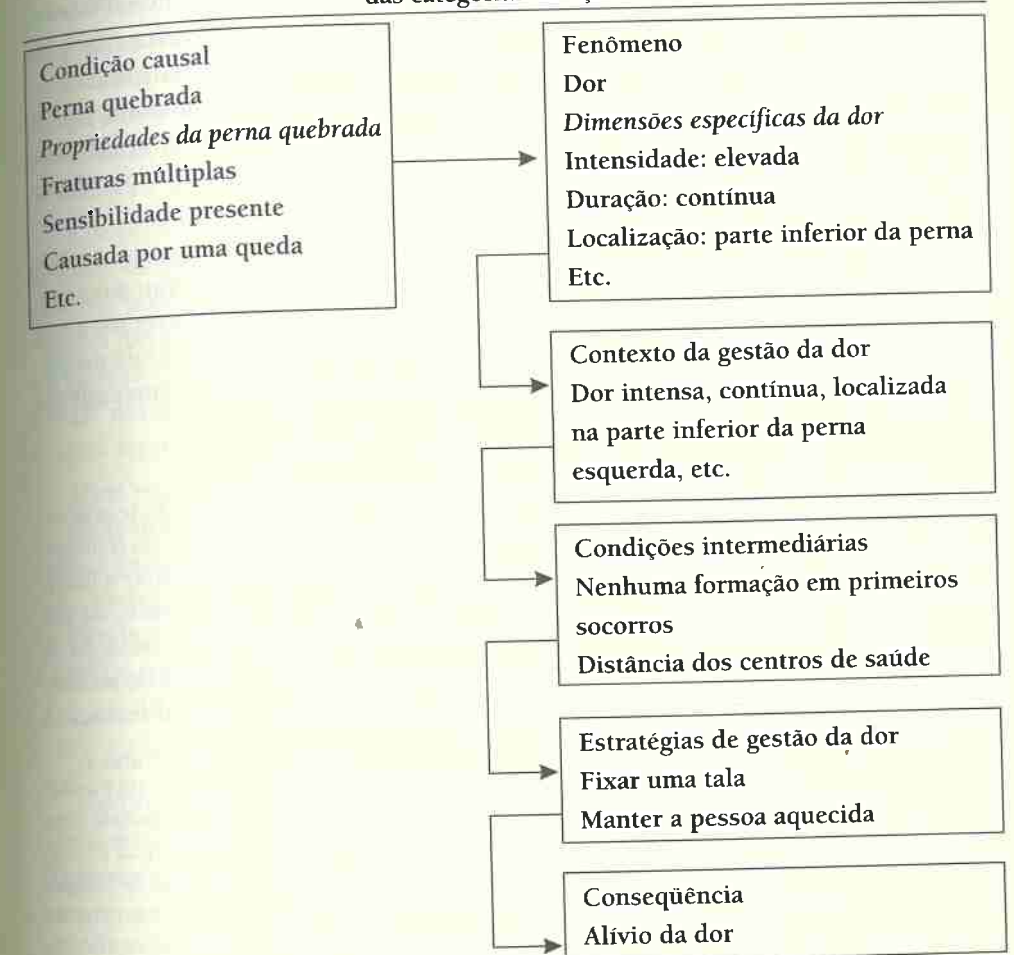
2. Na segunda etapa da codificação, busca-se estabelecer relações entre as categorias produzidas: é o que Strauss (1987: 32-33, 64-68), e, posteriormente, Strauss e Corbin (1990: 95-116) designam sob o nome de codificação *axial*. Para facilitar a delimitação da teoria, Strauss (1987) propôs um modelo paradigmático, indicando as principais dimensões de uma categoria de ação: suas causas, seu contexto, suas condições estruturais, as ações e interações que ela abrange, bem como suas conseqüências. A figura 1 fornece um exemplo concreto disso – tirado de Strauss e

12. Opondo-se à separação entre a teoria e a pesquisa empírica nas ciências sociais, a qual havia acarretado o empobrecimento dos conceitos, devido à sua padronização e operacionalização nas séries de indicadores, Blumer (1969) enfatizava a urgência de propor uma metodologia que permitisse ligar o desenvolvimento da teoria, entregue à especulação, aos dados empíricos, e fundar, assim, uma verdadeira sociologia científica sobre o sentido da vida social. Ver a respeito o artigo de Hammersley (1989) sobre a noção de *conceito* em Blumer.

13. O termo “substantivo” se opõe, aqui, ao termo “formal”, e se refere à dimensão concreta das situações ou ao campo de aplicação concreto das teorias que ele qualifica.

Corbin (1990); trata-se da análise do fenômeno da dor, a partir de um caso de perna quebrada.

FIGURA 1
Exemplo de codificação axial utilizando um modelo paradigmático das categorias de ação



Fonte: Adaptada de Strauss e Corbin (1990: 101, 102, 105-106) com a autorização da Sage Publications inc.

Um outro exemplo, extraído de nossa pesquisa, situa-se em uma etapa mais avançada de formalização teórica. Assim, pode-se delimitar como *elemento contextual* da categoria “ocultação da diferença”, a gestação, na instituição escolar, de uma ideologia igualitarista visando à homogeneização, excluindo qualquer consideração étnica discriminatória; e, como *condição estrutural* dessa categoria, a forte presença

do grupo majoritário, criando uma correlação de força desigual entre os grupos. As causas da ocultação da diferença seriam, entre os minoritários, o desejo de serem aceitos e tratados como os outros; as ações e interações características dessa categoria são o fato de afrancesar seu nome, de ocultar seus hábitos culturais, etc.; as consequências desses comportamentos são a não-percepção e, portanto, a ignorância das diferenças étnicas, entre o grupo majoritário, e a frustração, entre os minoritários.

O paradigma da codificação é, antes de tudo, um instrumento e, certamente, propriedades de uma outra ordem podem ser estabelecidas, por exemplo, no que concerne às atitudes, normas, ideologias em torno de um fenômeno. O que importa, aqui, é relacionar as categorias elaboradas, com o objetivo de incorporar e de levar mais adiante a teoria. O pesquisador formula hipóteses sobre os dados faltantes do paradigma de codificação, para, em seguida, verificá-los, sistematicamente, no campo.

Nessa referida etapa da codificação, os memorandos teóricos tornam-se mais objetivos, e o pesquisador deve dispor do tempo necessário para concluir sua argumentação e o processo de verificação de suas hipóteses. Enfim, observemos que é na etapa da codificação axial que se pode fazer uma primeira utilização de diagramas, que permitem sintetizar visualmente as ligações explicitadas e apreendê-las rapidamente¹⁴.

3. A última etapa, a da *codificação seletiva*, visa à integração final da teoria em relação a uma categoria central, a uma linha narrativa que vai ao centro do fenômeno e o sintetiza em algumas frases. Essa categoria central deve possibilitar a inserção de todos os dados relativos ao fenômeno pesquisado, ou, pelo menos, de um máximo deles. Em nossa pesquisa sobre as relações interétnicas, a correlação de força demográfica entre grupos étnicos surgiu como a categoria central de análise, permitindo prever as estratégias empregadas para ocultar ou exibir a diferença. A linha narrativa produzida é a seguinte:

Quando os minoritários não podem formar por si mesmos um punhado de amigos em número suficiente o bastante, eles minimizam suas diferenças culturais em relação ao grupo majoritário no qual procuram se fazer aceitar (ocultação da diferença), sendo esta estratégia, entretanto, mais, ou menos, possível em função de algumas características (domínio do idioma francês e cor da pele). Quando, ao contrário, os minoritários forem amplamente numerosos para formar um punhado de amigos diversificado e exercer entre si suas atividades, não só eles não ocultarão suas diferenças, como ainda, com o objetivo de reafirmar a coesão e as fronteiras de seu grupo, alegarão aquelas diferenças que eles avaliam colocar seu grupo em uma relação de superioridade frente aos majoritários – por exemplo, o fato de falar inglês –

14. Miles e Huberman (1984) atribuem uma grande importância, na análise, a esses diagramas (ver, mais adiante, a seção "A abordagem mista de Miles e Huberman").

(demonstração da diferença). A mesma regra vale do lado dos majoritários, que ignoram a diferença, tanto que a inversão da correlação de força pelas estratégias descritas mais acima não impõe sua tomada em consideração (Memorando teórico, extraído de Laperrière, 1993).

Graças a essa linha narrativa, é possível levar em consideração um máximo de comportamentos que pareciam, de início, contraditórios: por exemplo, jovens pertencendo a um grupo minoritário, e que faziam de tudo para passar por quebecenses franceses, quando estavam em pequeno número, punham-se, contrariamente, a falar inglês o mais alto que podiam (diferença correspondente a uma superioridade, no contexto norte-americano), desde que se encontrassem em número suficiente para constituir um grupo autônomo.

É, sobretudo, nessa etapa da codificação seletiva, que se realiza a pesquisa ativa de modelos (*patterns*) podendo englobar importantes subconjuntos de dados. Tais modelos podem ser construídos de maneira bastante livre, ou então, pelo método clássico das tipologias (por exemplo, a avaliação positiva ou negativa das diferenças étnicas, cruzada com a presença, suficiente ou não, de membros do grupo para formar um grupo autônomo, originaria quatro subtipos teóricos, cuja existência deveria ser depois verificada no campo).

Uma vez definida a categoria teórica central da pesquisa, faz-se necessário especificar suas propriedades e dimensões, e, depois, situar – em relação a essa categoria, e com a ajuda do paradigma de codificação – o conjunto das outras categorias. A nova configuração teórica emergente dessa operação deve, por sua vez, ser verificada e completada, se necessário, pela coleta de novos dados (STRAUSS & CORBIN, 1990: 117-118).

A amostragem teórica

No procedimento de teorização enraizada, a amostragem teórica está intimamente relacionada às análises em curso, das quais ela constitui a ponta-de-lança. Efetivamente, as situações e os grupos são escolhidos em função de sua pertinência no que se refere à elaboração das categorias conceituais e de suas relações, e não para fins de representatividade das populações ou das situações pesquisadas.

A amostra teórica inicial é determinada pelo problema de pesquisa: escolhe-se um local ou um grupo, em função de sua pertinência em relação a esse problema. Em seguida, a amostra é continuamente modificada em resposta às análises, não podendo, portanto, ser inteiramente determinada de antemão; ela se constrói, antes, por etapas sucessivas. Trata-se de uma abordagem simultaneamente flexível e disciplinada, devendo a amostragem garantir coerência, variação, precisão e exaustividade à teoria.

A escolha dos grupos de comparação

Procede-se à amostragem minimizando e maximizando, sucessivamente, as diferenças entre grupos e situações pesquisadas, a fim de assegurar a maior precisão e densidade possível às categorias emergentes. Enquanto a *minimização das diferenças* permite esquadrihar um universo complexo, a *maximização das diferenças* (que consiste em analisar o fenômeno sob diversas condições) favorece a exploração de um amplo espectro de variações do fenômeno (ver o exemplo dado na seção dedicada à elaboração das categorias conceituais). A variação constitui um instrumento-chave da teorização enraizada, pois ela força a sua especificação e alarga o seu alcance (por exemplo, por uma comparação no tratamento da diferença nas relações étnicas, de classes, ou de sexos).

A escolha dos grupos de comparação é, portanto, crucial na teorização enraizada. Estes são escolhidos sem outra exigência que a de fazer progredir o desenvolvimento das categorias conceituais e a verificação das hipóteses. Os grupos de comparação podem ser tanto grupos reais quanto conjuntos cientificamente construídos¹⁵ (por exemplo, os "individualistas" e "culturalistas" precedentemente mencionados). Enfim, pode-se pesquisá-los tanto a partir de dados primários, quanto por meio de pesquisas já realizadas sobre o tema.

A amostragem teórica variará em função do *alcance* da teoria que se pretende elaborar: esta poderá ser substantiva e específica, ou formal e generalizável (GLASER & STRAUSS, 1967: 52). As teorias substantivas resultam da comparação entre grupos de mesmo tipo substantivo (por exemplo, diferentes grupos étnicos) e aplicam-se somente a este tipo de grupos. As teorias formais são construídas a partir da comparação entre diversos tipos de grupos (por exemplo, entre grupos étnicos e classes sociais, ou sexos), que, além disso, podem ser pesquisados em locais diferentes, substantivamente (por exemplo, a escola e a vizinhança), ou formalmente (o espaço público ou privado). Enfim, pode-se pesquisar o contraste entre situações formais (locais públicos e privados), tanto para colocar em relevo a especificidade dos campos substantivos aos quais elas se referem (os encontros étnicos nos espaços públicos e privados) quanto para formular uma teoria mais geral concernente ao fenômeno pesquisado; aqui, por exemplo, os encontros étnicos, sejam eles públicos ou privados. No primeiro caso, a comparação com outros grupos substantivos (por exemplo, as classes sociais) utilizando o espaço público ou privado permitiria especificar posteriormente uma teoria substantiva sobre os encontros públicos especificamente étnicos, enquanto, no segundo caso, os grupos de comparação seriam escolhidos de modo a esclarecer a ligação ou o contraste entre os espaços público e privado, nos encontros entre grupos sociais diferentes. Uma outra ilustração, mais sumária, tomada dos trabalhos de Strauss e Corbin

15. A pesquisa quantitativa (*survey research*) fornece inúmeros exemplos de tais conjuntos cientificamente construídos.

(1990): a construção de uma teoria substantiva sobre os riscos relativos à gravidez levará o pesquisador a comparar diferentes grupos de mulheres grávidas, tendo em conta algumas de suas características, enquanto a elaboração de uma teoria formal sobre o risco genérico poderia levar a comparar a situação dessas mulheres à dos bombeiros ou à dos trabalhadores da construção, para determinar em que a natureza ou a gestão do risco é particular em cada caso.

As etapas da amostragem teórica

De modo geral, o procedimento de amostragem segue as mesmas etapas que a codificação (STRAUSS & CORBIN, 1990: 176-195). A amostragem aberta visa à descoberta de categorias analíticas concernentes aos fenômenos observados (p. 181). A escolha dos grupos e a estruturação das observações não são submetidas aqui senão a um mínimo de coerção, uma vez que não se conhecem ainda as variáveis significativas em relação ao fenômeno analisado (GLASER & STRAUSS, 1967: 50; STRAUSS & CORBIN, 1990: 181). Essa flexibilidade deve, entretanto, ser conciliada com a busca de *coerência* inerente a toda pesquisa.

Na etapa da codificação *axial*, a amostragem tem dois objetivos: 1) a formulação e a verificação de hipóteses sobre as relações entre categorias, bem como entre estas e suas propriedades; 2) o exame das variações nas condições, o contexto, as ações, as interações ou as conseqüências relativas a um fenômeno (STRAUSS & CORBIN, 1990: 185). Esses dois objetivos exigem que as *dimensões* das categorias analisadas variem o mais possível.

Nas etapas da codificação aberta e da codificação axial, a amostragem é, simultaneamente, *sistemática* e *fortuita*: cobre-se sistematicamente o conjunto dos grupos e das situações, uma vez que a pesquisa é muito pouco avançada para permitir qualquer seleção, e tira-se proveito de toda descoberta fortuita. Quando a exploração das categorias e das hipóteses é mais desenvolvida, a amostragem se torna mais *centrada* e *deliberada*, visando à verificação de elementos precisos da teoria (p. 181-182).

Por fim, numa terceira etapa, a amostragem é *seletiva* (STRAUSS & CORBIN, 1990: 187-188). Essencialmente, trata-se de inserir e completar as análises. Procede-se, então, por amostragem *discriminatória* escolhendo os locais, as pessoas e os documentos que maximizarão as oportunidades de verificar as hipóteses integrativas e de completar o exame das categorias analíticas.

A coleta dos dados é realizada até a *saturação*; isto é, até que nenhum dado novo venha modificar a teoria construída. A saturação das categorias poderá ser atingida em graus mais ou menos profundos conforme as categorias sejam centrais ou periféricas na teorização do fenômeno. Notemos que a "abrangência" do campo não exige, como na etnografia, que o pesquisador tenha coletado um máximo de dados sobre o fenômeno pesquisado: a teorização enraizada não visa primeiramente informar sobre a extensão de um fenômeno, mas sim, sobre a sua dinâmica. O que importa é que

a amostragem tenha respondido sistematicamente às questões teóricas propostas pela análise; ou seja, que ela tenha garantido a precisão e a exaustividade das categorias conceituais, cobrindo as variações do fenômeno pesquisado, e que ela também tenha permitido apoiar a inserção da teoria em uma verificação sistemática das hipóteses concernentes às relações entre as categorias. Uma má amostragem teórica é facilmente detectada, a teoria produzida sendo, então, sem densidade, mal inserida e plena de exceções (GLASER & STRAUSS, 1967: 63).

Uma última observação. Como a finalidade da amostragem é a construção sistemática de uma teoria validada pelos fatos, o número de casos sustentando as categorias ou suas propriedades não importa tanto quanto a verificação sistemática dos elementos dessa teoria, que esses casos permitem fazer. Assim, um caso marginal ou único pode ganhar uma importância central, ao revelar um aspecto crucial do fenômeno pesquisado, ou de sua evolução possível.

Finalizamos esta exposição sobre os métodos de análise da teorização enraizada, com a síntese em 10 pontos de seus “cânones e procedimentos”, feita por Corbin e Strauss (1990: 6-12):

- 1) A coleta e a análise dos dados são processos interligados.
- 2) Os conceitos são as unidades de base da análise.
- 3) Categorias conceituais devem ser elaboradas e, posteriormente, relacionadas.
- 4) A amostragem responde a objetivos teóricos.
- 5) A análise procede por comparações constantes.
- 6) A teoria deve levar em conta, simultaneamente, regularidades e variações dos dados.
- 7) A teoria se articula em termos de processo.
- 8) A elaboração da teoria se dá por meio da redação de memorandos.
- 9) Hipóteses sobre as relações entre categorias são elaboradas, e depois, verificadas durante a pesquisa.
- 10) O fenômeno pesquisado – sendo “micro” – deverá ser analisado em relação às condições estruturais mais amplas nas quais ele se insere.

Dois avisos são aqui necessários. Em primeiro lugar, comparativamente a outras abordagens qualitativas, o produto de um método tal como a teorização enraizada não constitui, de início, uma descrição detalhada de um fenômeno, mas sim uma teoria empiricamente fundamentada concernente a ele. Esse produto não pode ser definitivamente um produto acabado, já que as comparações possíveis são infinitas. Contudo, se a construção teórica tiver sido efetuada de maneira correta, as comparações posteriores não deverão invalidar a teoria, mas apenas modificá-la (GLASER & STRAUSS, 1967: 32).

Especifiquemos, por outro lado, que aqui apresentamos a versão “pura” do procedimento de teorização enraizada. Na prática, os pesquisadores a utilizaram frequentemente em combinação com outras abordagens, resultando daí modificações. Tais combinações podem ser totalmente válidas, na condição, evidentemente, de que os autores estejam conscientes dos impactos metodológicos e epistemológicos por elas acarretados, e de que eles redefinam, por esta razão, a natureza do produto de seu procedimento.

Convergências e divergências entre a teorização enraizada e outras abordagens similares

Vários procedimentos da teorização enraizada são comuns a outros métodos qualitativos contemporâneos. Isto não constitui nada de surpreendente, quando se sabe que a teorização enraizada estabeleceu seus princípios com base na tradição qualitativa americana, e também inspirou, mais tarde, inúmeros pesquisadores, pelo fato de constituir um primeiro condicionamento sistemático em metodologia qualitativa. Nesta seção, apresentamos duas abordagens que partilham com a teorização enraizada alguns princípios ou procedimentos, que, em geral, são adotados em combinação com ela: trata-se do método etnográfico e da abordagem analítica de Miles e Huberman. Optamos por uma exposição da abordagem etnográfica em sua versão mais descritiva, de modo a destacar as diferenças entre os métodos qualitativos de finalidade inicialmente descritiva e os métodos de finalidade inicialmente teórica, como a teorização enraizada. Por outro lado, como já o assinalamos na Introdução, consideramos a abordagem de Miles e Huberman essencialmente por ela ser um protótipo interessante das abordagens metodológicas mistas, bastante usuais na prática dos pesquisadores qualitativos.

A etnografia

O método etnográfico é, geralmente, apresentado como o protótipo da pesquisa interpretativa de finalidade descritiva, por oposição à teorização enraizada, que seria o protótipo da pesquisa interpretativa de finalidade teórica¹⁶. Enquanto o objetivo da primeira consiste, principalmente, na descrição de universos culturais

16. Um debate atualmente em curso entre os metodologistas qualitativos e entre os etnógrafos opõe os que se colocam contra toda superação da descrição nas ciências humanas (por exemplo, GUBA & LINCOLN, 1985) àqueles que enfatizam que não pode haver descrição sem teoria subjacente, ou que apresentam a teorização como o objetivo primeiro de toda pesquisa em ciências humanas (por exemplo, HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983). Nós aderimos a esta segunda posição, que assinala que descrição e teoria são inextricáveis. Entretanto, elas não têm o mesmo peso ou o mesmo lugar em uma abordagem de finalidade inicialmente descritiva, ou inicialmente teórica. Esta nos parece ser, aliás, a posição dominante entre os etnógrafos, que enfatizam a prioridade a ser conferida à descrição em relação à teoria (ou à explicação), na etnografia.

delimitados¹⁷, o objeto da teorização enraizada, como se viu, não é tanto a descrição detalhada de um fenômeno, como a elaboração de uma teoria pertinente em relação a este. Por outro lado, as pesquisas etnográficas se concentram tipicamente no estudo de uma só cultura (ou subcultura), e não buscam compará-la sistematicamente a culturas análogas ou opostas, visando delimitá-la teoricamente, como o faz a teorização enraizada. Os partidários da etnografia não negam, em geral, que a criação teórica seja o objetivo último das ciências humanas, mas grande número deles estima que uma tal empreitada deve se calar no estudo minucioso de vários casos (TESCH, 1990: 90). Assim, eles se propõem primeiramente o objetivo de "produzir relatórios coerentes, válidos e analiticamente corretos (*sound*)" (HALFPENNY, apud TESCH, 1990: 90) sobre uma situação natural delimitada, admitindo a possibilidade de depois formular algumas hipóteses exploratórias concernentes a ela (BOGDAN E TAYLOR, 1975: 19).

Semelhantemente à teorização enraizada, o método etnográfico contemporâneo se apresenta como indutivo e generativo (por oposição ao verificatório); a coleta e a análise dos dados são paralelas e as categorias são estabelecidas a partir das observações no campo (TESCH, 1990: 90). Uma primeira leitura do conjunto dos dados visa explorar seu alcance, aí destacando, a seguir, as temáticas recorrentes, as regularidades e as configurações que produzem as categorias e os modelos descritivos. Uma vez divididos em unidades (definidas como os menores elementos de informação auto-suficientes (GUBA & LINCOLN, 1985: 345) os dados são codificados em relação a essas categorias, e depois reagrupados, sendo que essas operações, geralmente, acarretam uma redefinição mais exata das categorias. Estabelecem-se, em seguida, as ligações entre as diversas propriedades das categorias, e depois, entre as próprias categorias. Ao longo de todo esse processo, as categorias e suas ligações são incessantemente criticadas: avaliam-se nelas a coerência e a correspondência com os dados, e se as compara às teorias já existentes. Os resultados de tal procedimento tomam a forma de descrições aprofundadas (*thick descriptions*), de tipologias e de modelos (descritivos).

17. Conforme Jacob, Tesch designa essa corrente dominante na etnografia pelo termo de *etnografia holística*, por oposição à *microetnografia*, que se interessa pela análise comunicacional. "A etnografia holística tem por objetivo descrever e analisar uma cultura ou uma comunidade, em sua totalidade ou parcialmente, descrevendo as crenças e práticas do grupo analisado e mostrando como as várias partes contribuem para a cultura, enquanto conjunto unificado e consistente" (JACOB, apud TESCH, 1990: 66). Sob o termo *etnografia holística*, Tesch reúne as abordagens de Geertz (1973), de Bogdan e Taylor (1975), de Bogdan e Biklen (1982), de Taylor e Bogdan (1984), e, por fim, de Hammersley e Atkinson (1983). Nós também incluímos na etnografia holística o que Tesch denomina a *etnografia educacional* (GOETZ & LeCOMPTE, 1981) e a *abordagem naturalista* (GUBA & LINCOLN, 1985). Efetivamente, a etnografia educacional não difere da primeira senão por seu objeto mais restrito (os aspectos culturais da educação), enquanto a abordagem naturalista difere apenas por um desenvolvimento mais elevado da perspectiva epistemológica, e não por seu método.

Como se vê, as etapas da análise etnográfica são em tudo semelhantes às da teorização enraizada, com a importante diferença de que a etnografia não recorre a uma amostragem teórica, e a lógica da coleta dos dados aí é outra: na etnografia, esta visa à saturação empírica e cessa quando nenhum elemento novo vem alterar a descrição da cultura ou da situação pesquisada. Em contrapartida, é o desenvolvimento da teoria que guia a escolha das unidades de observação na teorização enraizada: a coleta dos dados visa não à descrição exaustiva de uma situação, mas sim à compreensão teórica de um fenômeno, analisado na diversidade mais ampla possível de suas manifestações. O pesquisador não busca aqui ocultar a minúcia das manifestações empíricas do fenômeno, mas sim, saturar as suas articulações e caracterizações teóricas. Retomemos nosso exemplo das relações interétnicas. Na teorização enraizada, o que importaria, primordialmente, seria descrever com precisão a situação enraizada, o que importaria, primordialmente, seria descrever com precisão como se articula o processo de negação da diferença, em lugar de ter de cobrir a totalidade dos casos de negação da diferença, como o faria o etnógrafo. Daí a importância, para o etnógrafo, de se debruçar sobre uma situação concretamente delimitada, enquanto na teorização enraizada a própria variação dos campos de pesquisa constitui uma chave da formalização teórica.

O produto de uma pesquisa etnográfica é, portanto, uma descrição detalhada e exaustiva de uma cultura ou de uma situação social. Tal produto é idiográfico (singular), a menos que o pesquisador não tenha comparado várias culturas ou situações semelhantes, de modo a formular uma teoria mais geral¹⁸. Entretanto, mesmo aí, os objetivos da etnografia permanecem primordialmente descritivos, com o epíteto "geral" aplicando-se aqui, mais amiúde do que de outro modo, ao alargamento dos limites empíricos da situação social pesquisada, enquanto na teorização enraizada a formalização da teoria se refere mais à sua aplicabilidade a um conjunto mais amplo de situações procedendo substantivamente ou formalmente do mesmo fenômeno social geral.

A abordagem mista de Miles e Huberman

A aparição, em 1984, da obra de Miles e Huberman, *Qualitative Data Analysis*, verdadeiro compêndio de procedimentos para a análise qualitativa, foi marcante

18. Atualmente, as discussões são extremamente violentas entre os etnógrafos, quanto à possibilidade, ou não, de superar o singular nas ciências humanas. A "nova etnografia", defendida, entre outros, por Geertz, Clifford e Marcus, insiste na impossibilidade de produzir relatórios neutros, isentos da subjetividade do pesquisador. Os textos dos etnógrafos refletiriam a sua própria experiência do campo observado e constituiriam o fruto de uma interação, a qual é preciso analisar e dela apresentar os dois extremos, o mundo do observador e também o dos observados. Para uma apreensão breve das posições da nova etnografia, ver, no *Journal of Contemporary Ethnography*, a seção "New Ethnographies", dos números de janeiro e julho de 1992 (vol. 21, n. 1, p. 493-497; vol. 21, n. 3, p. 375-402), assim como, na mesma revista, as resenhas críticas (*review essays*) de A. Fontana e N.K. Denzin (vol. 19, n. 2, 1990, p. 226-236) e a seção consagrada à etnografia pós-moderna ("Symposium on Field Methods", vol. 13, n. 2, 1989, p. 90-93).

nesse domínio. Colocando-se contra a posição fortemente difundida, segundo a qual a análise qualitativa é uma arte complexa que não pode ser traduzida em regras precisas, sem se trair, os autores se empenharam em definir um conjunto de procedimentos permitindo identificar as regularidades nos dados qualitativos, delimitar suas contingências e seu alcance, bem como construir hipóteses sobre suas relações, para chegar, enfim, a formular, verificar e eventualmente reproduzir (*replicate*) as conclusões de sua pesquisa. Opondo-se tanto aos positivistas quanto aos fenomenologistas radicais, Miles e Huberman optam por uma perspectiva epistemológica mista, em que se reconhecem, simultaneamente, a objetividade do mundo social e suas regularidades, assim como o papel central que aí desempenham as significações construídas pelos atores sociais. Eis aí, como se nota, uma perspectiva epistemológica compartilhada por vários pesquisadores, tanto do lado da teorização enraizada, quanto do lado da etnografia, mas que não lhes é, contudo, exclusiva.

A obra de Miles e Huberman é inspirada pela mesma busca de sistematização e de rigor e se caracteriza pela mesma abertura a abordagens mistas, que a obra original de Glaser e Strauss: combinação entre os dados objetivos e subjetivos, qualitativos e quantitativos, indução e verificação na elaboração teórica. Por outro lado, os procedimentos de análise propostos por Miles e Huberman seguem as mesmas grandes etapas iterativas como na teorização enraizada – análise comparativa contínua, categorização, relação entre as categorias, formulação e verificação de hipóteses sobre essas relações, especificação das condições de surgimento de um fenômeno e de suas conseqüências, passagem da codificação aberta e substantiva à codificação circunscrita e formal, redução da teoria a algumas proposições centrais¹⁹. Para cada uma dessas etapas, Miles e Huberman constroem, entretanto, um inventário muito rico e detalhado – e atualmente inigualável – de procedimentos diversos para tratamento da informação.

A abordagem de Miles e Huberman permanece, apesar de tudo, original, tanto em relação à teorização enraizada quanto à etnografia. Tal como os etnógrafos, Miles e Huberman buscam delimitar de modo exaustivo uma realidade empírica, porém seu procedimento de construção teórica é tão importante quanto o que os associa à teorização enraizada. Todavia, ao contrário dos etnógrafos, Miles e Huberman não se limitam necessariamente a um único local, no qual eles se voltariam a uma observação participante intensiva: eles preferencialmente cobrem uma série de locais comparáveis e aí permanecem repetidos períodos de alguns dias. A extensão dos campos de pesquisa que eles cobrem²⁰ obriga-os, portanto, a conceber ins-

19. Notemos que se trata aí de etapas comuns a uma expressiva quantidade de métodos na pesquisa social.

20. Por exemplo, a pesquisa à qual Miles e Huberman fazem referência em seu livro, para fins de ilustração, trata da adoção de inovações em 12 escolas.

trumentos de pesquisa *a priori* – grades conceituais, listas de códigos, matrizes comparativas –, que os afastam da abordagem indutiva pura, preconizada pela teorização enraizada e pela etnografia contemporânea. Cabe precisar que Miles e Huberman nem por isso renunciam à indução, e seus instrumentos preliminares permanecem abertos e continuamente submetidos a revisões.

Enfim, Miles e Huberman colocam a construção de matrizes no centro de seus procedimentos analíticos. Efetivamente, o problema principal e não abordado da análise qualitativa parece ser, para ambos, a massa de dados que esta última produz. Ao estimar que o tratamento exaustivo e sistemático dos dados é essencial para a validade dos resultados de pesquisa e que o pesquisador só pode tratar daquilo que ele é capaz de se representar, eles propõem um número expressivo de matrizes para cada uma das etapas da pesquisa: matrizes descritivas ou conceituais, matrizes descrevendo o contexto ou a dinâmica de uma situação ou de um fenômeno, matrizes de papéis, matrizes de desenvolvimento seqüencial, de incidentes críticos, de progressões de causalidade, de variações e co-variações, de processos e de efeitos, de reações, etc. Essas matrizes servem para ordenar e comparar os dados, tanto para a formulação quanto para a verificação de hipóteses.

Em resumo, como é o caso na teorização enraizada, Miles e Huberman colocam a criatividade, a flexibilidade cognitiva, a sensibilidade teórica, tanto quanto a verificação sistemática, no centro de seu procedimento (MILES & HUBERMAN, 1984: 251). Este difere, entretanto, da teorização enraizada, por sua preocupação em dar conta da dinâmica de locais particulares, assim como pelos limites que ela impõe à pesquisa, devido à definição *a priori* de quadros de análise, tão amplos e revisáveis possíveis.

Conclusão

Este capítulo apresentou as regras analíticas da teorização enraizada, sublinhando, a seguir, as similitudes e diferenças com outros métodos similares e conhecidos: a etnografia e a abordagem mista de Miles e Huberman (1984). Como se viu, os procedimentos analíticos desses últimos métodos diferem muito pouco daqueles que foram elaborados por Glaser e Strauss (1967), a tal ponto que os pesquisadores freqüentemente os confundem, vendo num o prolongamento do outro. Um outro aspecto que pode levar à confusão: nem a etnografia, nem a abordagem mista de Miles e Huberman excluem a teorização de suas preocupações, assim como a teorização enraizada também não faz economia da descrição empírica do fenômeno pesquisado. O contraste da teorização enraizada com os outros métodos reside mais em seus objetivos e seus objetos: enquanto a primeira visa à elaboração de uma teoria, sendo a análise empírica de uma situação apenas um instrumento daquela; a prioridade é inversa na etnografia, na qual importa mais a descrição da situação pesquisada do que as análises teóricas que a ela se acrescentam. Por outro lado, enquanto o objeto da etnografia é uma cultura ou uma situação social especí-

ficas, o da teorização enraizada é um fenômeno social que pode ser vantajosamente pesquisado, a partir de situações empíricas múltiplas e diferenciadas. Miles e Huberman, de sua parte, não são claros quanto aos seus objetivos, e ao que parece sua abordagem pode se adaptar tanto a um como ao outro objetivo, que não são mutuamente exclusivos. Evidentemente, nada impede de elaborar uma teoria à luz da descrição exaustiva de uma única situação – mesmo se a operação for mais difícil –, sendo, aliás, isso que tentam fazer vários pesquisadores. Por outro lado, o produto de uma teorização enraizada pode constituir uma descrição válida de uma situação, não em termos da exaustividade empírica – não sendo abrangidos todas as figuras e todos os detalhes dos casos –, mas teórica, no sentido de que os processos que ela permitiu delimitar como estando no centro do fenômeno observado foram verificados empiricamente até a saturação. Em resumo, o que *descreve* uma teoria enraizada é uma dinâmica, verificada por uma série de incidentes empíricos que a confirmam plenamente, mas que não representam necessariamente a totalidade dos incidentes existentes em relação ao fenômeno pesquisado.

Referências

- BECKER, H.S. (1958). "Problems of Inference and Proof in Participant Observation". *American Sociological Review*, vol. 23, n. 6, p. 652-660.
- BECKER, H.S. & GEER, B. (1960). "Participant Observation: The Analysis of Qualitative Field Data". In: ADAMS, R.N. & PREISS, J.J. (orgs.). *Human Organization Research: Field Relations and Techniques*. Homewood (Illinois): Dorsey Press, p. 267-289.
- BECKER, H.S.; GEER, B.; HUGHES, E.; STRAUSS, A.L. (1961). *Boys in White: Student Culture in Medical School*. Chicago: Chicago University Press.
- BERTAUX, D. (1980). "L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 69, p. 197-225.
- BLUMER, H. (1969). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall.
- _____ (1940). "The Problem of the Concept in Social Psychology". *American Journal of Sociology*, n. 45, p. 707-719.
- BOGDAN, R.C. & BIKLEN, S.K. (1982). *Qualitative Research for Education – An Introduction to Theory and Methods*. Boston: Allyn and Bacon.
- BOGDAN, R.C. & TAYLOR, S.J. (1975). *Introduction to Qualitative Research Methods: A Phenomenological Approach to the Social Sciences*. Nova York: John Wiley and Sons.
- BURAWOY, M. et al. (1991). *Ethnography Unbound – Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.

CLIFFORD, J. & MARCUS, G.E. (orgs.) (1986). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.

CORBIN, J. & STRAUSS, A.L. (1990). "Grounded Theory Research: Procedures, Canons and Evaluative Criteria". *Qualitative Sociology*, vol. 13, n. 1, p. 3-21.

DENZIN, N.K. (1989). *Interpretative Interactionism*. Newbury Park (Califórnia): Sage.

FUJIMURA, J.H.; STAR, S.L.; GERSON, E.M. (1987). "Méthodes de recherche en sociologie des sciences: travail, pragmatisme et interactionnisme symbolique". *Cahiers de Recherche Sociologique*, vol. 5, n. 2, p. 63-85.

GEERTZ, C. (1988). *Words and Lives: The Anthropologist as Author*. Stanford (Califórnia): Stanford University Press.

_____ (1973). *The Interpretation of Cultures*. Nova York: Basic Books.

GLASER, B.G. (1978). *Theoretical Sensitivity: Advances in the Methodology of Grounded Theory*. Mill Valley (Califórnia): Sociology Press.

GLASER, B.G. & STRAUSS, A.L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory – Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.

GOETZ, J.P. & LeCOMPTE, M.D. (1981). "Ethnographic Research and the Problem of Data Reduction". *Anthropology and Education Quarterly*, vol. 12, n. 1, p. 51-70.

GUBA, E.G. & LINCOLN, Y.S. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.

HALFPENNY, P. (1981). "Teaching Ethnographic Data Analysis in Postgraduate Courses in Sociology". *Journal of the British Sociological Association*, vol. 15, n. 4, p. 564-570.

HAMMERSLEY, M. (1989). "The Problem of the Concept: Herbert Blumer on the Relationship Between Concepts and Data". *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 18, n. 2, p. 133-159.

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. (1983). *Ethnography: Principles in Practice*. Londres: Tavistock.

JACOB, E. (1987). "Qualitative Research Traditions: A Review". *Review of Educational Research*, vol. 57, n. 1, p. 1-50.

LAPERRIÈRE, A. (1986). "Le rôle de l'analyse dynamique dans l'interprétation de données qualitatives". In: *L'interprétation des données dans la recherche qualitative*. Atas do colóquio da Associação para a Pesquisa Qualitativa, realizado na Universidade do Québec em Trois-Rivières, outubro de 1986, Montreal, Universidade de Montreal/Faculdade das Ciências da Educação, p. 93-98.

_____ (1982). "Pour une construction empirique de la théorie: la nouvelle école de Chicago". *Sociologie et Sociétés*, vol. 14, n. 1, p. 31-41.

LAPERRIÈRE, A. (org.) (1993). *La construction sociale des relations inter-ethniques et interraciales chez des jeunes de deux quartiers montréalais*. Québec: Instituto Québécois de Pesquisa sobre a Cultura.

LYNCH, M. (1987). "Ethnométhodologie et pratique scientifique: la pertinence du détail". *Cahiers de Recherche Sociologique*, vol. 5, n. 2, p. 45-63.

MARCUS, G.E. & FISCHER, M.M. (1986). *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press.

MILES, M.B. & HUBERMAN, A.M. (1984). *Qualitative Data Analysis – A Sourcebook of New Methods*. Beverly Hills (Califórnia): Sage [Traduzido sob o título *Analyse des données qualitatives: recueil de nouvelles méthodes* (1991). Bruxelas: De Boeck].

_____ (1983). "Drawing Valid Meaning from Qualitative Data: Some Techniques of Data Reduction and Display". *Quality and Quantity*, vol. 17, p. 281-339.

MILLS, C.W. (1959). *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press.

SCHATZMAN, L. & STRAUSS, A.L. (1973). *Field Research – Strategies for a Natural Sociology*. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall.

STRAUSS, A.L. (1992). *La trame de la négociation – Sociologie qualitative et interactionnisme* [Textos reunidos e apresentados por I. Baszanger. Paris: L'Harmattan].

_____ (1987). *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: Cambridge University Press.

STRAUSS, A.L. & CORBIN, J. (1990). *Introduction to Qualitative Research – Grounded Theory Procedures and Techniques*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.

TAYLOR, S.J. & BOGDAN, R.C. (1984). *Introduction to Qualitative Research Methods: The Search for Meaning*. Nova York: John Wiley and Sons.

TESCH, R. (1990). *Qualitative Research – Analysis Types and Software Tools*. Nova York: Falmer Press.

TURNER, B.A. (1981). "Some Practical Aspects of Qualitative Data Analysis: One Way of Organising the Cognitive Processes Associated with the Generation of Grounded Theory". *Quality and Quantity*, vol. 15, p. 225-247.

WISEMAN, J.P. (1987). "The Development of Generic Concepts in Qualitative Research Through Cumulative Application". *Qualitative Sociology*, vol. 10, n. 4, p. 318-338.

Anexo – Para a construção e a avaliação de um plano de análise

O quadro abaixo apresenta uma lista comparativa dos principais pontos a reter para a construção e a avaliação de um plano de análise elaborado conforme a abordagem seja da teorização enraizada, da etnografia descritiva, ou segundo a abordagem mista de Miles e Huberman. Apresentamos também os objetivos, os objetos, os procedimentos de amostragem e o produto desses métodos, o procedimento analítico que lhes é próprio e que não pode ser compreendido independentemente deles. Uma tal visão de conjunto desses métodos deveria favorecer um julgamento flexível e esclarecido quanto à qualidade dos planos que a eles se referem. Observemos que a menção a todos os pontos destacados nesse quadro não é obrigatória em um plano de pesquisa, sendo alguns deles mais centrais do que outros. O que importa, aqui, é que os pesquisadores compreendam bem o *procedimento de conjunto* dos métodos que utilizam e as ligações que devem estabelecer entre os seus diferentes elementos.

Sendo bastante fácil apontar os principais elementos e etapas das abordagens da teorização enraizada e da abordagem mista de Miles e Huberman, o mesmo não acontece na abordagem etnográfica, extremamente diversificada. Nós dela apreendemos aqui a versão estritamente descritiva, pois ela permite ressaltar os contrastes entre etnografia e teorização enraizada, bem como apresentar o leque completo das opções possíveis. Porém, é preciso enfatizar que essa visão muito descritiva da etnografia não é necessariamente predominante, sendo que a maioria das publicações sobre este método, ao longo dos quinze últimos anos, preconiza um procedimento analítico de elaboração teórica aproximando-se da teorização enraizada²¹. Por outro lado, a "nova etnografia", muito introspectiva, não tem senão pouca relação com os métodos apresentados em seguida.

Isso nos leva a uma observação fundamental concernente à avaliação dos delineamentos de análise nos métodos qualitativos: sendo jovens, esses métodos não são absolutamente fechados e os pesquisadores compartilham mais frequentemente do que outrora elementos de várias abordagens. O que importa, então, avaliar é a pertinência metodológica dessas combinações em relação ao conjunto do procedimento metodológico considerado e do objeto da pesquisa.

21. Ver, por exemplo, Hammersley e Atkinson (1983), que tomam os métodos de análise diretamente da teorização enraizada, ou ainda, Geertz (1973), nos quais se baseiam atualmente inúmeros etnógrafos, e cujo objetivo de "descrições em profundidade" (*thick descriptions*), revelando o sentido sócio-simbólico de uma cultura, também provém de um procedimento fundamentalmente teórico.

Principais elementos de um plano de análise para três métodos analíticos

	Teorização enraizada	Etnografia descritiva	Abordagem mista (Miles e Huberman)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de uma teoria sobre um fenômeno determinado, a partir da observação sistemática de situações consideradas como instâncias desse fenômeno. Não se busca tanto produzir uma representação exaustiva de um fenômeno, como elaborar uma teoria pertinente em relação a ele. <p>Ex.: <i>A elaboração de uma teoria sobre as relações interétnicas, a partir de observações nas escolas multiétnicas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva de descoberta e, posteriormente, de verificação das teorias elaboradas no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição exaustiva de uma situação ou de uma cultura; elaboração de um modelo descritivo tendo por objetivo ressaltar a sua coerência. <p>Ex.: <i>Uma descrição exaustiva das diversas formas de relações interétnicas em uma escola.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva de descoberta e, posteriormente, de verificação das análises descritivas realizadas no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de uma descrição sistemática (mas não necessariamente exaustiva) e de uma teoria pertinente sobre o fenômeno observado a partir de vários locais. <p>Ex.: <i>Um estudo comparativo das relações interétnicas em várias escolas multiétnicas, numa perspectiva teórica ampla e de início especificado.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva de descoberta e de verificação, desde o início, dos parâmetros teóricos em parte fixados a priori e em parte definidos no campo. <p>Ex.: <i>Estudo das relações interétnicas no quadro de uma teoria da competição entre os grupos.</i></p>

Objeto	<ul style="list-style-type: none"> • Um fenômeno psicológico ou social, pesquisado em uma amostra de situações exemplares. <p>Ex.: <i>A construção social das relações interétnicas, no meio escolar, no mercado de trabalho, na vizinhança, ou ainda, comparativamente a outras situações de relações sociais entre grupos culturalmente distintos (tais como as classes sociais, os sexos).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Os processos sociais fundamentais que subentendem o fenômeno pesquisado. <p>Ex.: <i>Os processos dinâmicos na base das relações interétnicas: desejo do outro, correlações de força, etc.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uma situação ou uma cultura estritamente delimitadas. <p>Ex.: <i>As relações interétnicas em uma escola determinada.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Configurações ou modelos que descrevem a situação ou a cultura pesquisada. <p>Ex.: <i>Um modelo descritivo das diversas formas de relações interétnicas em uma escola determinada.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Um fenômeno psicológico ou social, pesquisado em um contexto empírico previamente delimitado. <p>Ex.: <i>A construção social das relações interétnicas, pesquisada sob o ângulo de uma teoria da competição, em escolas demograficamente diferentes.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos sociais ou modelos causais que sintetizam a dinâmica do fenômeno pesquisado. <p>Ex.: <i>O jogo de correlações de força na dinâmica das relações interétnicas observadas em contextos diferentes.</i></p>
Tipos de dados	<ul style="list-style-type: none"> • De todos os tipos, primários e secundários, objetivos e subjetivos: observações, entrevistas, documentos, estatísticas, etc. 	Idem.	Idem.
Amostragem	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha dos grupos e situações em função de sua pertinência teórica em relação ao fenômeno pesquisado. 	Idem.	Idem.

• Coleta dos dados topológicos sobre a situação pesquisada.

Idem.

• Para além da escolha inicial do local ou da cultura pesquisada, não há amostragem propriamente dita, devendo ser investigado o conjunto da situação ou da cultura escolhidas.

Idem.

• Nas pesquisas multilocais, a amostra dos locais inicialmente escolhidos sofre apenas pequenas modificações. Parâmetros gerais de amostragem são, por outro lado, fixados, no *interior* mesmo desses locais, para tornar os dados comparáveis de um local a outro (definição das ordens de grupos, situações, acontecimentos e processos que serão pesquisados).

Os processos de amostragem no contexto desses parâmetros permanecem flexíveis e são orientados em função do desenvolvimento das análises.

• Redefinição contínua da amostra em função do desenvolvimento da análise

• Focalização progressiva da amostragem: amostragem *aberta* visando à descoberta de um máximo de categorias de análise; em seguida, amostragem *axial* visando à formulação e à verificação de hipóteses, assim como ao controle das variações do fenômeno pesquisado; e, por fim, amostragem *seletiva* visando à conclusão e à inserção das análises. Enquanto nas duas primeiras etapas, a amostragem é, simultaneamente, sistemática e fortuita; na última etapa, ela é deliberada.

• Amostragem de incidentes, de situações, e, posteriormente, de situações análogas ou diferentes, em função das necessidades da análise (precisão dos limites internos e externos das categorias e das relações entre elas).

Ex.: A amostragem de incidentes referindo-se à ocultação da diferença, de modo a precisar o conteúdo interno desta categoria, e, depois, referindo-se à demonstração da diferença, de modo a precisar seus limites internos.

<p>Amostragem (continuação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulam-se as comparações com situações bastante diferentes, visando motivar a criação teórica e delimitar o essencial do fenômeno pesquisado. Ex.: <i>A comparação da situação escolar com outras situações de co-habitação obrigatória, por exemplo, dos locais de trabalho onde as mulheres foram inseridas por meio de programas de ação afirmativa.</i> • O número de incidentes baseando uma categoria ou uma hipótese importa pouco, uma vez que a teorização de um fenômeno visa nele delimitar todas as variáveis possíveis. Nesse contexto, os casos marginais podem ser tão significativos quanto os casos largamente presentes. • A amostragem prossegue até a <i>saturação</i>, ou seja, até que nenhum incidente novo venha alterar a <i>teoria</i> elaborada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Busca-se ressaltar o conjunto dos elementos de uma cultura, incluindo os elementos marginais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimula-se a amostragem de locais, grupos ou indivíduos periféricos, para ampliar a perspectiva analítica. • Busca-se ressaltar o conjunto dos incidentes pertinentes em relação às categorias analíticas definidas, incluindo os incidentes marginais.
<p>Análise</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta dos dados topológicos sobre a situação pesquisada, visando permitir a contextualização das análises. • Coleta e análise simultânea dos dados. 	<p>Idem.</p>	<p>Idem.</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Procedimento detalhado 	<ul style="list-style-type: none"> • Confrontação contínua dos resultados com as teorias existentes e com a teoria emergente em relação ao objeto de estudo. • Divisão dos dados em unidades de análise (incidentes); determinação dos conceitos cujas unidades podem ser consideradas como indicadores. Ex.: <i>Os incidentes nos quais os jovens ocultam suas particularidades culturais podem ser codificados enquanto "negação da diferença étnica", ou ainda, como "subordinação cultural"</i>. • Elaboração indutiva dos códigos, a partir dos dados de campo. • Reagrupamento dos conceitos similares em categorias conceituais. Ex.: <i>O reagrupamento dos conceitos de "negação da diferença étnica" e de "psicologização da diferença étnica" na categoria conceitual "ocultação da diferença étnica"</i>. 	<p>Idem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A pesquisa se inscreve, de início, numa perspectiva teórica: elaboração de grades conceituais, listas de códigos que podem ser, contudo, revisadas durante a pesquisa. • Divisão dos dados em unidades de análise (segmentos), em seguida codificadas segundo um modo descritivo, interpretativo ou explicativo. • Abordagem mista: códigos elaborados <i>a priori</i>, ou no campo. • Reagrupamento dos códigos em estruturas mais abrangentes, ligando-os entre si (modelagens, mapas cognitivos, etc.).
	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão dos dados em unidades de análise (incidentes), em seguida codificadas em temas descritivos. • Abordagem mista: códigos elaborados <i>a priori</i>, ou no campo. • Reagrupamento dos temas semelhantes em categorias temáticas mais gerais. 	<p>Idem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão dos dados em unidades de análise (segmentos), em seguida codificadas segundo um modo descritivo, interpretativo ou explicativo. • Abordagem mista: códigos elaborados <i>a priori</i>, ou no campo. • Reagrupamento dos códigos em estruturas mais abrangentes, ligando-os entre si (modelagens, mapas cognitivos, etc.).

<ul style="list-style-type: none"> • Procedimento detalhado (continuação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Redação contínua de memorandos sobre as intuições teóricas extraídas da análise, bem como sobre os meios de sua verificação, pela redefinição da amostra. • Especificação das propriedades e dimensões das categorias conceituais, por amostragem de incidentes similares (visando aprofundar sua análise interna) ou contrastantes (visando delimitar seus limites externos). • Definição (opcional) de perfis dimensionais, especificando as propriedades de um fenômeno segundo diferentes conjuntos de condições. • Ampliação progressiva do âmbito de comparação: comparação entre incidentes; depois, entre substituições e subgrupos de um mesmo campo de pesquisa; e, por fim, entre situações, similares ou contrastantes. Conforme se vise a construção de uma teoria <i>substantiva</i> ou <i>formal</i>, comparar-se-ão grupos substantivamente semelhantes (vários grupos étnicos, por exemplo), ou formalmente semelhantes (grupos étnicos e classes sociais, por exemplo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Redação contínua de memorandos sobre as intuições teóricas extraídas da análise. • Identificação das dimensões (sentido clássico do termo) dos diversos temas. • Definição (opcional) de tipologias. <p>Idem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redação contínua de memorandos sobre as intuições teóricas extraídas da análise, bem como sobre os meios de sua verificação, pela redefinição da amostra. • Especificação das propriedades e dimensões das categorias conceituais, por amostragem de incidentes similares ou contrastantes, por amostragem de incidentes similares ou contrastantes. <p>Idem.</p>
<p>Produto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Focalização progressiva da codificação: passagem da codificação <i>aberta</i> (abundância inicial de categorias conceituais) a codificação <i>axial</i> (hierarquização das categorias, umas em relação às outras, formulação e verificação de hipóteses sobre suas relações dinâmicas) e à codificação <i>seletiva</i> (inserção da teoria em torno de uma categoria central, em relação à qual as outras categorias são situadas, enquanto propriedades). • Revisão da teoria (conceitos, categorias conceituais, propriedades, dimensões, relações), até que nenhum dado novo venha mais contradizê-la (<i>saturação teórica</i>). • Redução da teoria em uma linha narrativa central. <p>Uma teoria generalizável às diversas manifestações do fenômeno pesquisado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração progressiva de configurações e modelos descritivos integrando o conjunto das temáticas abordadas. • Redefinição das categorias e dos modelos descritivos, até que nenhum dado novo venha mais contradizê-los (<i>saturação empírica</i>). <p>A descrição exaustiva de uma situação singular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de matrizes descritivas e explicativas cada vez mais abrangentes, visando ordenar e comparar os dados. • Formulação de hipóteses, cada vez mais integradas entre si, sobre as ligações entre os temas ou conceitos produzidos. • Redefinição dos modelos descritivos ou explicativos, até a saturação, empírica ou teórica. <p>Uma teoria referente a um conjunto de situações singulares sistematicamente descritas.</p>